

PROCESSO	- A.I. Nº 206847.0001/02-0
RECORRENTE	- D & P DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM	- INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET	- 23.07.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0266-12/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa. Caracterizada a intempestividade da defesa, pois o contribuinte foi intimado do Auto de Infração através de seu contador que é pessoa legalmente autorizada a tomar ciência do lançamento fiscal. O sujeito passivo veio a se defender da exigência fiscal somente após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação ao Arquivamento de Defesa, por intempestividade, onde o autuado alega que o Auto de Infração fora recebido por pessoa que não era Procurador legalmente constituído pela empresa, bem como que a defesa protocolada no dia 04/04/02 é tempestiva, levando-se em conta a ciência do lançamento em 08/03/02.

Da leitura do processo constata-se que o Auto de Infração fora lavrado em 25/02/2002, com data da ciência aposta em 28/02/02, pelo Sr. Augusto César Santa Rosa Oliveira. A Inspeção informa, à fl. 162, que a pessoa que assinou o Auto de Infração é cadastrada no Sistema Cadastral da SEFAZ – DSCAD como contador da empresa, e, portanto, é capacitado para tomar ciência do Auto de Infração. Observa-se também que quem assina o termo de Arrecadação de Livros e Documentos (fl. 82) é a mesma pessoa.

A PROFAZ se manifesta aduzindo o que segue: o art. 110 do RPAF/99, aduz quanto à possibilidade de ser dada ciência ao contribuinte ou responsável tributário acerca de qualquer fato ou exigência fiscal, mediante assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto. O art. 3º, do RPAF, esclarece o conceito de preposto como a pessoa que mantenha com o sujeito passivo vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço profissional continuado. A INFAZ Simões Filho informa que o Sr. Augusto César Santa Rosa Oliveira está cadastrado como contador da empresa autuada. Nos termos do artigo antes citado o contador é preposto da empresa. Portanto, é legítima a intimação do autuado na pessoa de seu contador. Quanto à alegação de que a intimação se dera em 08/03/02, não merece prosperar, pois se verifica à fl. 03 do PAF que a intimação acerca da lavratura do Auto de Infração foi recebida em 28/02/02. Conclui a representante da PROFAZ que os argumentos aludidos pelo autuado são insuficientes para elidir a intempestividade da defesa, uma vez que a intimação do Auto de Infração se dera dentro dos ditames legais. Opina, finalmente, pelo Improvimento da Impugnação.

VOTO

Neste processo encontra-se evidenciado pelas provas carreadas aos autos que a pessoa que tomou ciência do lançamento fiscal atuou no curso da ação fiscal, promovendo a entrega da documentação fiscal solicitada pelo auditor, tendo sido apurado, também, no banco de dados da Secretaria da Fazenda, alimentado pelas informações fornecidas pelo contribuinte, tratar-se de pessoa que exerce a função de contador da empresa. De acordo com o que dispõe a legislação fiscal é válida a intimação do lançamento efetuada perante preposto da empresa. Define o RPAF/99, em seu art. 3º, que preposto é a pessoa que mantenha com o sujeito passivo vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço continuado. Os serviços prestados pelo profissional de contabilidade, que envolvem, entre outras atividades, a guarda dos livros e documentos da empresa, a escrituração dos mesmos e o atendimento a prepostos da fiscalização, caracterizam a figura da preposição prevista na norma processual. Assim, não procede a alegação do contribuinte de que o Auto de Infração foi assinado por pessoa não autorizada pela lei e, em consequência, o ato de intimação é perfeitamente válido, produzindo todos os efeitos. Em decorrência, os prazos processuais devem ser contados a partir da data da ciência consignada no Auto de Infração, sendo, portanto, intempestiva a defesa apresentada pelo impugnante.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO da Impugnação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa com relação ao Auto de Infração **nº 206847.0001/02-0**, lavrado contra **D & P DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **RS41.364,98**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, "a" e "d", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de Julho de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

TOLSTOI SEARA NOLASCO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO - REPR. DA PROFZ